



Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade
de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo



Universidade de São Paulo

Texto para Discussão

Série Economia

TD-E 03 / 2018

Literatura e História Econômica: o Centro-Oeste de Bernardo Guimarães, a Zona da Mata de Franklin Távora e o Ceará de José de Alencar

Márcio Bobik Braga



Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
de Ribeirão Preto

Reitor da Universidade de São Paulo
Vahan Agopyan

Diretor da FEA-RP/USP
André Lucirton Costa

Chefe do Departamento de Administração
Jorge Henrique Caldeira de Oliveira

Chefe do Departamento de Contabilidade
Fabiano Guasti Lima

Chefe do Departamento de Economia
Sergio Kannebley Junior

CONSELHO EDITORIAL

Comissão de Pesquisa da FEA-RP/USP

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Avenida dos Bandeirantes, 3900
14040-905 Ribeirão Preto - SP

A série TEXTO PARA DISCUSSÃO tem como objetivo divulgar: i) resultados de trabalhos em desenvolvimento na FEA-RP/USP; ii) trabalhos de pesquisadores de outras instituições considerados de relevância dadas as linhas de pesquisa da instituição. Acesse a página eletrônica da Comissão de Pesquisa das FEA-RP/USP em <https://www.fearp.usp.br/pesquisa>. Informações: apoiopq@fearp.usp.br ou 55 16 | 3315.4961.

Literatura e História Econômica: o Centro-Oeste de Bernardo Guimarães, a Zona da Mata de Franklin Távora e o Ceará de José de Alencar
(Versão preliminar para discussão no Seminário da FEA-RP/USP)

Márcio Bobik Braga¹

Todos os historiadores contam coisas que nunca existiram, exceto na imaginação. (Friedrich Nietzsche)

Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo o historiador, afinal de contas, mais que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar. (Machado de Assis)

Toda mentira tem um fundo de verdade. (Ditado Popular)

Introdução

Este artigo tem como objetivo traçar algumas considerações metodológicas acerca da relação entre literatura e história econômica, tomando como contexto o Brasil do século XIX. Para nortear tais considerações, foram realizadas leituras de três autores brasileiros: José de Alencar e o romance *O Sertanejo*; Bernardo Guimarães e o romance *O Garimpeiro* e os contos *O Índio Afonso* e *O Ermitão de Muquém*; e Franklin Távora e o romance *O Matuto*. No caso do primeiro autor, o objeto de estudo é o sertão nordestino, onde se destaca a pecuária como atividade periférica, ou seja, complementar ao setor dinâmico representado pela atividade canavieira. No caso do segundo, tem-se como objeto a economia do Centro-Oeste do país, no contexto da decadência da atividade mineradora. No caso do terceiro, o objeto refere-se às atividades produtivas encontradas na Zona da Mata, próxima a cidade do Recife, no contexto da Guerra dos Mascates. A escolha desses autores será justificada ao longo do texto.

A relação entre literatura e história econômica apresenta algumas limitações a serem superadas em estudos posteriores. Isso porque trata-se de um estudo interdisciplinar que, por sua natureza, coloca inúmeras complicações metodológicas. Há três disciplinas aqui envolvidas: a Teoria Literária, a História e a História Econômica. Apenas para citar o caso da História, cada obra literária considerada apresenta um objeto de estudo específico, o que demanda profundo conhecimento, por parte do pesquisador, de uma determinada realidade histórica, bem definida no tempo e espaço. Essa característica pode resultar em uma análise superficial dos eventos históricos. As dificuldades se repetem no campo da Teoria Literária, quanto, por exemplo, se considera a classificação dos autores quanto à escola literária. No caso do romantismo brasileiro do século XIX, não existe um corpo homogêneo. Parte da crítica literária brasileira, por exemplo, divide essa escola em *sertanismo*, *indianismo* e *regionalismo*; e cada subconjunto possui intersecções que nem sempre é de fácil identificação. Por fim, a relação aqui proposta, por considerar a História Econômica, não é comumente encontrada na literatura *disciplinar*, pelo menos de forma explícita. Nas considerações finais,

¹ Professor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e do PROLAM/USP. O autor agradece as contribuições de Amaury Patrick Gremaud, Julio Manuel Pires, Lélío Luiz de Oliveira e Renato Leite Marcondes, professores da área de História Econômica da FEA-RP, além do incentivo do Prof. Luiz Antônio Lindo, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP. Os erros e omissões são de total responsabilidade do autor.

retornaremos a essas limitações, procurando dar algumas pistas para estudos posteriores e que, por motivo de espaço, maturidade ou conveniência, não se encontram neste texto.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos algumas questões metodológicas que têm como objetivo justificar a relação aqui proposta. Em termos mais gerais, estaremos preocupados com a relação entre ficção e realidade. Tais questões são buscadas na crítica literária e, por conveniência, considerou-se autores latino-americanos. A segunda busca justificar a época e os autores aqui estudados. A análise *empírica* é realizada na terceira parte.

I – Ficção e Realidade: notas metodológicas

Em um texto intitulado *Tese sobre um conto*, o historiador, escritor e crítico literário Ricardo Piglia propõe a seguinte tese: *um conto sempre conta duas histórias*, uma *visível* ou *superficial*, que ele define como história 1 e outra *oculta*, ou história 2. O segredo para entender o *caráter duplo* de um conto, segundo Piglia, é tentar identificar como o escritor de ficção combina as duas histórias.²

A partir de um texto que o autor alega ter encontrado no *Caderno de Notas de Tchecov*, Piglia propõe a seguinte estória para construir seus argumentos: *[u]m homem, em Monte Carlo, vai ao cassino, ganha um milhão, volta para casa e se suicida*.³ Para Piglia, a história 1 narra a história no cassino enquanto que a história 2 narra as motivações do suicídio. Como se combinam essas diferentes histórias (ou estórias) varia de autor para autor. Em Kafka, por exemplo, a história 2 seria contada com simplicidade, enquanto que a história 1 revelaria uma condição humana como algo angustiante (como no livro *A Metamorfose*, onde o inseto é apresentado de forma quase que *banal*). Já em Borges, a preocupação estaria na combinação das duas histórias em um cenário no interior da Argentina do século XIX, talvez na província argentina de *Entre Rios* governada pelo Caudilho *José Justo Urquiza*.⁴ O cassino poderia ser, por exemplo, o bar em que o personagem do poema *Martin Fierro*, do escritor argentino José Hernandez, combate um negro em uma luta mortal. A história oculta, neste caso, traria o debate em torno da dicotomia *civilização e barbárie* proposta por Sarmiento.

Piglia propõe então a seguinte questão: como seria a estória do cassino de Tchecov contada por diferentes autores como Kafka e Borges? Com essa pergunta, desenvolve sua *teoria*: contada por Kafka, a história oculta se revelaria, talvez, na tensão entre o jogador e o resultado do jogo.⁵ O suicídio teria menos a ver com o jogo e seria resultado de algo angustiante revelando ao longo da trama. A condição humana em uma sociedade capitalista em decadência seria uma das mensagens ocultas no texto. Para Borges, a história oculta seria sua visão sobre a Argentina: a barbárie de uma taberna semelhante à descrita no poema *Martin Fierro*.⁶ O álcool seria a representação da barbárie que condenaria a Argentina à morte caso escolhesse não ser europeia. A cultura do álcool entre os moradores do campo, caudilhos e *gauchos*, foi descrita pelo político e escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento em sua obra *Facundo, Civilização e Barbárie*, livro certamente estudado por Piglia e cultuado por Borges. Este chegou a afirmar que, se a Argentina tivesse escolhido *Facundo* como obra canônica, então sua história seria

² Piglia, Ricardo. *O laboratório do escritor* (tradução de Josey Vianna Baptista). São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1994, P. 39 – 41.

³ Piglia, Ricardo. *O laboratório do escritor*. Op. Cit., p. 37.

⁴ Justo José de Urquiza, caudilho e político argentino (1801–70).

⁵ O termo “talvez” justifica-se pela interpretação aqui colocada, que é do autor deste artigo.

⁶ Ver Braga, Márcio B. *Gauchos e bárbaros: a história da formação da nacionalidade argentina a partir da leitura de Jorge Luis Borges*. *Anuário de Literatura*, volume 16, no. 2, 2011, p. 169 – 184.

outra e melhor.⁷ Fez isso justamente para criticar a canonização do poema *Martin Fierro* como épico da literatura argentina. Note que, nesses dois exemplos, o contexto histórico seria um dos principais critérios dos autores na combinação das duas histórias.

O escritor e crítico literário brasileiro Roberto Schwartz propõe uma *tese* semelhante, considerando o romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.⁸ Para Schwarz, o famoso drama entre Capitu e Bentinho deixa *pistas* que leva o leitor a pensar em uma história incomoda: a crise da civilização burguesa no cenário do Rio de Janeiro do século XIX.⁹ Conforme o autor, Machado de Assis propõe uma relação entre o ciúme de Bentinho e uma problemática social mais ampla, levando o leitor à reflexão acerca das condições sociais e dos preconceitos que permeiam o contexto do romance.¹⁰

A hipótese de que sociedade ou, de uma forma mais ampla, a condição humana, pode ser interpretada a partir da literatura parece nortear os estudos críticos no Brasil a partir do século XX.¹¹ Um dos representantes desses estudos é, sem muitas dúvidas, Antônio Candido, sociólogo e crítico literário. Já na década de 60, numa proposta *interdisciplinar*, Candido propõe o conceito de *verossimilhança* para o personagem do mundo imaginário da ficção. Para o autor, diferente de uma obra científica, a “verdade” se coloca de forma diferente em um texto de ficção:

O termo “verdade”, quando usado como referência a obras de arte ou de ficção, tem significado diverso. Designa com frequência qualquer coisa como a genuinidade, sinceridade ou autenticidade (temos que em geral visam à atitude subjetiva do autor); ou a verossimilhança, isto é, na expressão de Aristóteles, não a adequação àquilo que aconteceu, mas àquilo que poderia ter acontecido; ou a coerência interna no que tange ao mundo imaginário das personagens e situações miméticas; ou mesmo a visão profunda – de ordem filosófica, psicológica ou sociológica – da realidade.¹²

Para Candido, a verossimilhança estaria na possibilidade de se estabelecer uma relação entre o real e o *comportamento* fictício do personagem. Utilizando a concepção de Piglia, seria como uma trama oculta em que o autor intenta contar. Nesse sentido, a ficção, diante das possibilidades de se pensar o real, pode ser tão ou mais preciso quanto o relato de um historiador, cuja criatividade estaria limitada aos documentos históricos ou aos dados empíricos. Este ponto foi destacado pela historiadora contemporânea Sandra Jatahy Pesavento, que tem como pesquisa o tema da relação aqui proposta:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fontes especialíssimas, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela proza romanesca fala ao mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário

⁷ Ver Borges, Jorge Luis. *Prólogos, com um prólogo de prólogos* (tradução de Josely Vianna Baptista), São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 189.

⁸ Deve-se destacar a diferença entre conto e romance. Essa complicação conceitual não é tratada aqui. Estamos considerando apenas o conceito de ficção.

⁹ Schwarz Roberto. *Dois Meninas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13.

¹⁰ Schwarz Roberto. *Dois Meninas*. Op. Cit. p. 11.

¹¹ Aqui escolhemos Antônio Candido como representante desta tradição. Podemos citar ainda autores como Alfredo Bosi e Nelson Werneck Sodré que seguem esta tradição como historiadores da literatura brasileira.

¹² Cândido, Antônio et.al *A personagem de Ficção*, 13ª. Edição (reimpressão), São Paulo: Editora Perspectiva Ltda., 2017, p. 18.

para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.¹³

Para a historiadora, a literatura teria um efeito *multiplicador de possibilidades* que permite ao historiador considerar *algo a mais* em relação ao seu objeto de estudo. Esse *plus* permite a ele imaginar situações, ações, pensamentos, desejos e outras relações do personagem de ficção em sua interação com o *contexto histórico* da obra. Esse ponto é particularmente importante quando não se tem dados ou documentos suficientes para a descrição da realidade histórica.¹⁴

II - Literatura e História Econômica do Brasil: o Romantismo do Século XIX

O século XIX foi, para o Brasil e, de forma mais ampla, para a América Espanhola, um momento particular. A independência colocava às elites desafios que nunca haviam sido consideradas. A busca de uma identidade nacional, de modelos de desenvolvimento econômico, político e social adequados aos novos países agora independentes e a denúncia de velhas estruturas acabou por pautar a produção artística e intelectual daquele século. Era necessário conhecer melhor as novas sociedades independentes. Isso foi bem percebido pelo crítico literário porto-riquenho e professor de literatura espanhola e portuguesa da Universidade de Califórnia, Berkeley, Julio Ramos:

Durante as guerras de independência, as virtuais classes dirigentes latino-americanas tinham conseguido articular um consenso, com base em um “nós”, que adquiria densidade no inimigo comum encontrado, Espanha; porém, após a instalação dos novos governos, as contradições fundamentais reaparecem na superfície da vida social. Os Estados deviam se consolidar, delimitar os territórios e produzir a autoridade de uma lei central, capaz de submeter as particularidades em luta a um projeto de uma nova homogeneidade, inclusive linguística, nacional. (...)

Após a vitória sobre o antigo regime, o caos se intensificava na medida em que as rígidas instituições coloniais, assim como o consenso antiespanhol, perdiam vigência. Escrever, a partir de 1820, respondia à necessidade de superar a catástrofe – o vazio de discurso, o cancelamento das estruturas – que as guerras tinham provocado. Escrever, nesse mundo, era dar forma ao sonho modernizador; era civilizar, ordenar o sem sentido da barbárie americana.¹⁵

Conforme destacado na seção anterior, a crítica literária brasileira tem tido como tradição estudar a história da literatura a partir de uma perspectiva histórica. Mais do que isso, muitos críticos têm considerado os autores brasileiros do século XIX como os primeiros interpretes da realidade de um país que dava seus primeiros passos como nação independente. Em um estudo pouco conhecido, mas relevante para os propósitos deste artigo, Erico Veríssimo sintetiza bem nossa hipótese. Na obra *Breve História da Literatura Brasileira*, concebida a partir de uma série de conferências ministradas Universidade da Califórnia, Berkeley, na década de 40, Veríssimo chamou a atenção para

¹³ Pesavento, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha nova história. In da Costa, Cléria Botelho e Machado, Maria Clara Tomaz (organizadores). *História & Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 22.

¹⁴ Essa verossimilhança também é considerada por vários autores brasileiros. Poderíamos tomar, por exemplo a análise contida no Livro *Entre a História e Literatura*, de Alfredo Bosi. Ver Bosi, Alfredo, *Entre a Literatura e a História*. São Paul: Editora 34, 2013, p. 224. Esse autor utiliza-se do conceito de *memória* para justificar a verossimilhança.

¹⁵ Ramos, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19* (tradução Rômulo Monte Alto), Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanistas, 2008, p. 27.

uma característica dos autores brasileiros do século retrasado, ainda que influenciados pelos estilos europeus:

Os escritores brasileiros agora produzem ensaios e artigos relativos a problemas políticos, filosóficos e econômicos. Com o livre comércio de bens, veio também o inevitável livre comércio de ideias que os ventos traziam da Europa às praias brasileiras e que tinha como fonte principal a Revolução Francesa. No caminho por sobre o oceano, perderam seu travo de sangue e violência, foram lavadas pelo tempo e o espaço e quando chegaram ao Novo Mundo estavam brilhantes, belas e puras, bem como cheias de promessas de fraternidade, igualdade e liberdade. Os escritores brasileiros as absorveram ávidos e tentaram adaptá-las a seu ambiente nativo e aos problemas de seu povo. Agora possuíam jornais para imprimir seus artigos. Agora podiam até publicar seus livros!¹⁶

Essa observação é também considerada por Antônio Candido em sua *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Utilizando-se mais uma vez do conceito de *verossimilhança*, Candido destaca que:

O eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa. Há nele uma espécie de proporção áurea, um “número de ouro” obtido pelo ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime. No Romantismo, o afastamento dessa posição ideal se fez na direção e em favor da poesia; mais tarde, no Naturalismo, far-se-ia na direção da ciência e do jornalismo.¹⁷

Boa parte dos escritores oitocentistas, e a tradição continua durante o século XX, tinham algumas características em comum. Muitos eram formados nas Faculdades de Direito, fundadas em Olinda, Recife e São Paulo. Essa observação é importante para a análise aqui contida pois eram nessas escolas que eram ensinados os princípios de economia que se consolidavam a partir dos trabalhos dos economistas clássicos.¹⁸ Também conheciam bem a realidade brasileira da época. Faziam parte da elite intelectual do país e não por acaso assumiram posições importantes como políticos, funcionários públicos e jornalistas formadores de opinião (além de críticos literários). Muitos explicitaram, em suas obras, a intenção de descrever a realidade, seja nos prefácios ou em relatos autobiográficos inseridos no *texto de ficção*. Aqui merece destaque uma importante observação já destacada na seção anterior: a escassez relativa de dados e documentos necessários à pesquisa do historiador. Essa escassez diminui na medida que avançamos para o século XX, o que é mais uma justificativa para a escolha do período aqui utilizado.

¹⁶ Verissimo, Erico. *Breve História da Literatura Brasileira* (tradução de Maria da Glória Bordini). São Paulo: Editora Globo, 3ª. Edição, 1995, p. 46. Interessante notar que o escritor Erico Verissimo também exercitou a prática da crítica literária. Tal prática tem sido comum entre os escritores brasileiros desde o século XIX.

¹⁷ Candido, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*, volume 2, 3ª. Edição, São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1969, p. 111.

¹⁸ Gremaud, Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: pensamento econômico e economia Brasileira no segundo reinado e na primeira República*. Tese de Doutorado apresentado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em 1997.

III – O trio sanfoneiro: Alencar, Guimarães e Távora¹⁹

Conforme sugerido na análise anterior, a crítica literária brasileira tem dado grande atenção aos autores românticos do século XIX.²⁰ Dentre esses autores, destacam-se três: José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora. Esses romancistas, dentre outros, enquadram-se nos critérios discutidos brevemente no último parágrafo da seção anterior.²¹ Mas não apenas. Cada um destaca uma realidade histórica que, pela época, região ou objeto de estudo, não contempla dados ou documentos necessários à pesquisa histórica.

Deve-se destacar que, nesta versão, não nos preocupamos com as edições dos livros. Alguns textos apresentam erros gramaticais que se justificam pelas inúmeras reformas da língua portuguesa ao longo do tempo.

3.1 José de Alencar, a Pecuária Nordestina e a Economia do Couro²²

José de Alencar, cuja biografia dispensa apresentações, é considerado por muitos críticos literários como um dos iniciadores da literatura genuinamente brasileira. Sua proposta insere-se na perspectiva colocada por Julio Ramos, que caracteriza a escrita latino-americana do século XIX como tendo uma *missão civilizatória*. O anagrama *Iracema*, da palavra *América*, representa simbolicamente essa missão. Aqui escolhemos uma das obras menos lidas do autor como estudo de caso: *O Sertajeno*, publicado originalmente em 1875.

A obra *O Sertanejo* é resultado de uma pesquisa que Alencar realizou em viagem que fez ao Estado do Ceará no ano de 1873, tendo como companheiro de aventura o jovem historiador Capistrano de Abreu. Conforme destacou a historiadora contemporânea Valdeci Rezende Borges, durante essa viagem, Alencar:

*[p]ercorreu a região para recolher peças da literatura oral, cópias de romances e poemas populares, como O boi espácio e Orabicho da Geralda. Ia ao encontro daquilo que considerava as verdadeiras fontes nacionais, conversando com idosos, com descendentes “da nobreza indígena” cearense [...]. Colheu informações, assuntos e tradições que, no ano seguinte, serviram de matéria às quatro cartas a Joaquim Serra, expondo suas ideias sobre as fontes nacionais da literatura brasileira.*²³

¹⁹ Este título foi inspirado na obra *Cidades Mortas* de Monteiro Lobato. Nesta, o grande romancista brasileiro considera Alencar como “o piano querido das moças”, Macedo “sensaboria relambória dum flautim piegas” e Bernardo Guimarães “a sanfona”. Ver Lobato, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Editora Globo, 2ª. Edição, 2009, p. 29 – 30.

²⁰ Aqui merece destaque, além da obra de Antônio Candido, os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e Alfredo Bosi. No caso do primeiro, o título *História da Literatura Brasileira* é seguida pela expressão *Seus Fundamentos Econômicos*. A ênfase dada por esses autores à estrutura econômica decorre, talvez, da tradição marxista por eles adotada, que considera o materialismo histórico como método.

²¹ Dentre os autores que se enquadram nestes critérios, mas que não são tratados neste artigo, pode-se destacar Antônio Manuel de Almeida e Visconde de Taunay.

²² A análise desta seção foi retirada de Pires, Julio Manuel e Braga, Márcio Bobik. *Economia e Sociedade no Sertão Nordestino em O Sertanejo*, de José de Alencar. *Revista Territórios e Fronteiras*, volume 10, número 01, 2017.

²³ Borges, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 17, no. 1 p. 85-114, 2011, p. 105.

Essas experiências, ou as cartas, seriam reunidas na obra *O Nosso Cancioneiro*.²⁴ Nelas, o autor já preanunciava *O Sertanejo*, romance em que teria reunido inúmeros aspectos temáticos e formais estudados durante sua viagem.²⁵

A estória que compõem o romance *O Sertanejo* se passa na década de 70 do século XVIII e tem como cenário uma fazenda de criação de gado e de subsistência situada no sertão de Quixeramobim, interior do Ceará.²⁶ Trata-se de uma região que se denomina como sertão nordestino, cuja principal atividade produtiva, a pecuária, constitui-se numa *projeção* da economia açucareira nordestina.

No capítulo décimo da obra (volume I), é possível encontrar uma descrição completa das atividades da fazenda:

Os lenhadores voltavam do mato carregados de feixes, enquanto os companheiros conduziam à bolandeira cestos de mandioca, ainda da plantação do ano anterior, para desmancharem em farinha durante o verão. As mulheres livres e escravas, umas pilavam milho para fazer o xerém; outras andavam nos poleiros guardando a criação para livrá-la das raposas; e os moleques as ajudavam na tarefa, batendo o matapasto, ou dando cêrco às frangas desgarradas.

As cozinheiras, encaminhando-se para a fonte a fim de lavar ali na água corrente a louça de mesa e fogão, assim como as caçarolas, cruzavam-se em caminho com as lavadeiras que já recolhiam-se com as trouxas de roupa na cabeça.

Nos currais tirava-se o leite, acomodavam-se os bezerros, e cuidava-se de outros serviços próprios das vaquejadas, que já tinham começado com a entrada do inverno, porém, só mais tarde deviam fazer-se com a costumada atividade.

Era a êste, de todos o mais nobre dos labores rurais, que o capitão-mór costumava assistir regularmente, para o que todas as tardes à hora da sombra transportava-se êle do seu posto no patamal da casa, e vinha com a família sentar-se defronte do curral na mesma poltrona, que o pagem levava após si. D. Genoveva entendia mais particularmente com o leite, o qual ali mesmo distribuía; uma parte entregava-se às doceiras incumbidas dos bolos e massas; outra repartia pelas crias, e o resto era levado à queijaria. Isto quando não tinha chegado ainda a força do inverno, porque nesse tempo havia tal abundância, que enchiam-se tôdas as vasilhas e até os coches onde os cães do vaqueiro iam beber.

O narrador desta singela história teve em sua infância ocasião de ver na fazenda da Quixaba, próxima à serra do Araripe, êsse aluvião de leite, na máxima parte desaproveitada pelo atraso da indústria, e que podia constituir em importância comércio para a província.

Enquanto a mulher ocupava-se com êsses misteres caseiros, o capitão-mór percorria os currais, tomando contas aos vaqueiros, mandando apartar os novilhos que era costume reservar para bois de serviço; indicando a rês que se devia matar para o gasto da casa; e assistindo a esfolar e esquarterar, no que se comprazia com perícia os carnicheiros.

No tempo da ferra, tratava de apurar os garrotes apanhados na safra do ano anterior, escolhendo os da propriedade para deixar o dízimo do

²⁴ Ver Alencar, José de. *O nosso cancioneiro: cartas ao Sr. Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962, p.20.

²⁵ Martins, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina/São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Londrina/Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Ver também Rodrigues, Antônio Edmilson M. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

²⁶ Deve-se destacar que, nas obras aqui consideradas, existe o tempo do autor e o tempo relacionado com a estória. Aparentemente, essa diferença não traz complicações para a análise.

*vaqueiro, segundo as condições do trato, que ainda são atualmente as mesmas em voga no sertão da província.*²⁷

Nesta longa, porém importante citação, é possível encontrar várias informações importantes acerca da atividade produtiva da fazenda. Como subsistência, tem-se a produção de carne, a extração de madeira para a produção de energia e construção de móveis, a criação de aves, a produção de mandioca, milho e derivados (culturas de origem indígena), além da produção de doces, queijos e leite. É possível notar também a existência de escravos na fazenda, confirmando a hipótese de que existiu escravidão na pecuária nordestina.²⁸ Note-se a passagem autobiográfica em que o autor se refere às possibilidades em torno da produção e comercialização de leite pela fazenda. Tais passagens se repetem ao longo do romance.

A atividade pecuária, além de compor as produções para a subsistência da fazenda, também se destinava ao mercado do Recife, incluindo os engenhos de cana-de-açúcar próximos à cidade. Apesar de não haver citações sobre este comércio, é possível concluir pela sua existência a partir da leitura dos primeiros capítulos, que descreve a chegada do dono da fazenda, que recebe o título de capitão-mor, da capital pernambucana. Já no primeiro capítulo, denominado de *O Comboio*, é possível concluir sobre esse comércio a partir de um comboio composto por “[u]ma longa fila de cargueiros tocados por peões”²⁹. Na narrativa, são apresentadas duas características que ajudam a confirmar essa hipótese: a presença de homens armados e o período em que se dá a viagem, feita a cada três anos, intervalo que se justifica pela distância entre a fazenda e o litoral pernambucano. Essa percepção é importante na medida em que se trata de uma sutil informação que pode passar despercebida pelo leitor menos atento (algo parecido com a história oculta proposta por Piglia).

Ao longo do livro, pode-se encontrar uma série de referências sobre produtos que compõe a atividade denominada de *economia do couro*. No texto, podemos encontrar os seguintes produtos derivados do couro: traje completo de couro, catana larga e curta como bainha do mesmo couro da roupa, gibão de couro, canapé de couro adamascado como ornamento de couro, chapéu de couro, cama feita de couro de boi em cabelo, servindo-lhe de cabeceira armação dos chifres do mesmo animal preso à caveira, canastrinha de couro de boi em cabelo, que ainda hoje se usa no sertão nordestino e que é denominado de bruacas (tipo de mala de couro que se coloca no lombo do animal para transporte), laço de couro cru, mala de couro, estradinho coberto de couros, cadeira de alto espaldar forrada de couro, esteiras para deitar, vestido à sertaneja, todo de couro, sandálias de couro, alforge de couro, odres de couro, grade de couro para uma emboscada, correias de couro, banguê ou balsa de couro etc.³⁰

Além dos aspectos econômicos descritos, também é possível encontrar referências sobre os conflitos de terra presentes na região, conforme citação a seguir:

O gado de várias espécies, que os primeiros povoadores tinham introduzido na capitania do Ceará, se propagara de um modo prodigioso por todo o sertão, coberto de ricas pastagens.

²⁷ Alencar, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1955, p. 183 – 184 (livro I capítulo XX).

²⁸ Por uma questão de espaço e conveniência, não foram considerados textos históricos para efeitos de comparação. Esse ponto será discutido brevemente nas considerações finais.

²⁹ Alencar, José de. *O Sertanejo*. *Op. cit.*, p.28.

³⁰ Todos esses termos foram retirados do livro. O leitor pode confirmar a veracidade dos termos a partir de qualquer programa de busca no texto de *O Sertanejo*, disponibilizado no portal Domínio Público – Biblioteca Digital, disponibilizada pelo Governo Federal do Brasil. Ver <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000140.pdf>, acesso em 09 de setembro de 2018.

Sucedera o mesmo que nos pampas do sul; as raças se tornaram silvestres, e manadas de gado amontoado, que ainda hoje na província chama-se “barbatão”, vagavam pelos campos e enchiam as matas.

Chegada a notícia desta riqueza às capitâneas vizinhas, muito de seus habitantes, já abastados, vieram estabelecer-se nos sertões do Ceará; e ali fundaram grandes herdades, obtendo as terras por sesmaria.

Nessa ocupação do solo, a cobiça de envôlta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia. Entre tôdas, avulta a guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas, que se acabou pelo aniquilamento da primeira. Desta bárbara contenda ficou sinistra memória não só na crônica da província, como no escólio de sua topografia.³¹

Deve-se destacar que as famílias citadas nessa passagem de fato existiram e podem ser encontradas na historiografia.³²

Enfim, é possível ler em Alencar a estrutura econômica de uma fazenda do interior do Nordeste brasileiro, cujas principais atividades eram a pecuária e a economia de subsistência. Pode-se encontrar ainda referências acerca da estrutura social da fazenda e da região, com os seus diversos atores.

3.2 Bernardo Guimarães, o Centro-Oeste e a decadência da atividade mineira

Bernardo Guimarães é conhecido pela obra *Escrava Isaura*, que ganhou fama no mundo a partir da novela adaptada pelo novelista Gilberto Braga. O autor, entretanto, possui um conjunto de romances e contos que se podem denominar de regionalistas, sendo alguns pouco conhecidos do público geral. Dentre elas, destacam-se *O Garimpeiro*, que tem como contexto a mineração no Triângulo Mineiro. Aqui, além desse romance, iremos considerar duas outras obras do autor: *O Ermitão de Muquém*, publicado originalmente em 1866 em folhetim, no jornal *Constitucional* de Ouro Preto e *O Índio Afonso*, publicado originalmente em 1872 em folhetim no jornal *A Reforma*, no Rio de Janeiro.

A biografia de Bernardo Guimarães reforça o caráter histórico de suas obras. Nascido em Ouro Preto em 1825, cidade em que faleceria em 1884, o escritor conhecia bem o Centro-Oeste brasileiro.³³ Merece destaque o fato de o autor ter exercido cargo de Juiz na cidade de Catalão, no Sul de Goiás, próximo à divisa de Minas, entre os anos de 1852 e 1854 e entre 1861 e 1863.

O Romance *O Garimpeiro* conta a história de um sertanejo que tenta a sorte no garimpo para ter a mão da filha de um fazendeiro endividado e próximo a situação de falência. Em torno das relações entre os personagens, pode-se encontrar algumas pistas sobre a atividade mineradora, que se encontra em franca decadência no século XIX.

O quadro de pobreza em que se encontram os personagens do romance é uma das características a serem destacadas. Esse quadro pode ser lido em várias partes do livro, como no diálogo que o fazendeiro estabelece com um dos pretendentes à mão de sua filha:

³¹ Alencar, José de. *O Sertanejo*. *Op. cit.*, p. 53 – 54.

³² O Conflito entre as famílias Montes e Feitosas foi real. Uma descrição detalhada sobre este conflito pode ser encontrada em Pinto, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1980, p. 95 – 114.

³³ Essas e outras informações sobre a vida de Bernardo Guimarães podem ser encontradas em Magalhães, Basílio de. *Bernardo Guimarães (Esboço Biographico e Critico)*. Rio de Janeiro: Tipographia do Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1926. Trata-se da mais completa biografia sobre o autor, apesar da data da publicação.

- *É a pura verdade; completamente arruinado. Este maldito garimpo, que seduz e cega o homem mais do que a mesa do jogo ou a meretriz artificiosa, tem-me devorado em pouco tempo todos os anos de trabalho na lavoura e no comércio sem a mínima compensação. Minha fazenda, meus escravos estão hipotecados, quase até o último e, em breve a miséria virá bater-me à porta. Desculpe-me esta franqueza. Eu não devia ocultar-lhe as minhas circunstâncias, porque não me ficaria airoso dar-lhe a minha filha em casamento sem que o senhor soubesse que casava-se com a filha de um miserável.*³⁴

Interessante notar que os personagens principais não são garimpeiros, mas sertanejos e produtores rurais, que sofrem com a decadência da atividade dinâmica. Ou seja, o relato vai em direção da interpretação de que, com a decadência da mineração, a região que hoje denominamos de triângulo mineiro (próxima a divisa de Goiás) entrou em franca decadência, com reflexos em várias outras atividades complementares. Destaca-se também a prática da hipoteca dos escravos. No romance, há uma passagem interessante sobre esse ponto. Trata-se do diálogo entre a filha do fazendeiro e uma escrava. No diálogo, filha propõe a alforria para evitar a perda:

- *Mas tu hoje és forra, Joana; deves ir cuidar na tua vida...*
- *Que importa isso?... por acaso eu pedi alguma alforria? entreguem-me cá a minha carta, e hão de ver como eu a faço em pedacinhos e atiro tudo no fogo.*
- *Isso não Joana!.. tal não farás. Fui eu que pedi a meu pai te alforriasse, e sabes por quê?*
- *Eu sei lá!.. de certo foi porque sinhazinha não me quer mais; quer ficar livre de mim.*
- *Pelo contrário, Joana, foi para não ficar sem ti. Se não fosses forra, irias cair nas mãos dos credores de meu pai, como todos os outros escravos da casa.*³⁵

Nesta passagem pode-se notar o medo que a escrava tem da alforria, preferindo a escravidão à situação de pobreza. Mais do que isso, parece haver uma situação de conformismo por parte dos escravos da fazenda, que pode ser lido em um diálogo entre um escravo e o pobre sertanejo que tenta a vida no garimpo:

- *Então Vmcê. vai-me deixar, patrão? – disse o velho, fitando em Elias olhos lastimosos. (...)*
- *Como hei de deixar-te aqui sozinho e desamparado!*
- *Não lhe dê isso cuidado. Ainda sei trabalhar. Deus é de misericórdia, e nunca há de faltar a este pobre velho um prato de feijão e um ranchinho em que durma. Já que é para o seu bem (...). Também o patrão já não é tão criança que não possa sir sozinho pelo mundo, e eu, a dizer a verdade, mais lhe iria servir de peso que de outra coisa.*
- *contudo, Simão, não tenho ânimo de deixar-te assim. Se adoeceres.*
- *Não banze com isso. Tenho por aqui muito conhecimento, e muito patrão bem, que há de ter dó de mim (...).*³⁶

Ou seja, a condição de pobreza decorrente da decadência da mineração na região atinge o fazendeiro, o pobre sertanejo e os escravos, que no romance também tentam a sorte na loteria do garimpo.

³⁴ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Rio de Janeiro: ABC Editora, 2002, p. 50.

³⁵ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 95.

³⁶ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 41.

Segundo a historiografia, a decadência da mineração também se fez sentir em outras regiões do Centro-Oeste brasileiro.³⁷ No conto *O Índio Afonso*, podemos encontrar esse quadro de decadência:

*As fundas e emaranhadas selvas dos sertões de nossa terra, além das imensas riquezas e curiosidades naturais que encerram, têm acobertado em sua sobre muito mistério sinistro, muito negro drama de sangue e canibalismo.*³⁸

O quadro, entretanto, difere daquele apresentado em *O Garimpeiro*. A decadência aqui é representada por condições de subsistência, que se restringem à caça, coleta e pesca. O conto trata da estória de um foragido da polícia nas proximidades da Vila de Catalão, chamado de Índio Afonso e que, na verdade, não era índio, mas um sertanejo “pertencente a esta raça de mestiços que vivem vida nômade e semibárbara pelas margens dos grandes rios do sertão, subsistindo quase exclusivamente de caça e pesca.”³⁹ O quadro de pobreza é revelado não pelos hábitos do bandido mas pela vida da precária polícia. Em uma campana na beira do rio, os policiais comemoram a “fartura” de alimentos em um revelador diálogo:

- *Que belo! hein , camarada! dizia um deles no auge do entusiasmo, haja cachaça sal e farinha, que estou pronto a ficar aqui toda a minha vida.*
- *Também por minha parte pode Afonso ficar lá dentro de sua lapa quanto tempo quiser, que eu não darei o cavaco, antes lhe ficarei muito obrigado.*
(...)
- *Em todo caso permita Deus que ele de lá não saia tão cedo e que ao menos dê tempo de tomar um fartão de peixe.*⁴⁰ (Guimarães, 2005, p. 41)

No conto, também é possível encontrar uma descrição dos hábitos alimentares, pelo menos nas populações sertanejas que viviam na beira dos rios: os produtos da caça e pesca, além de farinha (de milho ou mandioca), toucinho, sal, cachaça e frutas silvestres. Antes da fuga de Afonso, a este é servido, por sua irmã, “uma excelente ceia, feijão, angu, peixe, palmito e uma cabaça sortida de boa aguardente”⁴¹

Na obra de Guimarães, é também possível perceber as possibilidades do comércio regional. No Conto *O Ermitão de Muquém*, Guimarães descreve a *Romaria de Muquém*, que ainda hoje ocorre no distrito de Niquelândia, no Estado de Goiás. O conto descreve o evento religioso como fonte para algum dinamismo econômico:

(...) aquele lugar, completamente desabitado no fundo dos sertões, onde apenas existe uma capelinha e um casebre sem habitante, converte-se de repente em uma cidade cheia de vida, de rumor e movimento, composta de barracas, toldos, carros de bois e ranchos coberto de capim. Reúne-se ali todos os anos, na época da festa, uma população de cerca de 10 mil pessoas, que vêm de distâncias enormes, até o Pará e Rio Grande do Sul, uma por devoção e para cumprir promessas, outras para fazerem comércio, pois que nesses dias aquele lugar torna-se uma feira imensa, onde se compra, vende-se

³⁷ Mais uma vez citamos a historiografia sem citar os autores. Ver nota de número 25 e as considerações finais.

³⁸ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Associação Acervos Literários, Biblioteca Virtual, organização, apresentação e notas de Leopoldo Comitti, apoio CNPq, 2005 (disponível em <<http://docs11.minhateca.com.br/804407160,BR,0,0,O-%C3%8Dndio-Afonso---Bernardo-Guimar%C3%A3es.pdf>> (acesso em 01 de janeiro de 2018). p. 7.

³⁹ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit. p. 10.

⁴⁰ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit. p. 41.

⁴¹ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. p. 11.

*e permuta-se tôda a qualidade de mercadorias. Aí os sertanejos do norte e maranhão, vão-se prover de fazendas, quinquilharias, ferragens e vinhos, que compram aos negociantes de Meia-Ponte e Goiás, que conduzem daquele ponto essas mercadorias. Os romeiros também vendem aos negociantes destas duas cidades aos de Minas e São Paulo, grande quantidade de couros, solas, animais cavalares, rêdes fabricadas pelos índios, escravos, ouro em pó e diamantes.*⁴²

Nesta passagem, é possível reconhecer os produtos comercializados, além das regiões de origem e destino dos produtos. Também participavam do comércio as populações indígenas, denominadas no conto de *Coroados*:⁴³

*(...) começavam a entreter relações de amizade e de comércio com os Goianos. Algumas hordas dêstes selvagens já começavam a ir a Goiás vender esteiras, peles, guaraná e outros objetos, e comprar armas, ferramentas, fazendas e quinquilharias.*⁴⁴ (Bernardo Guimarães, 1958 p. 60-61)

Em suma, a leitura do conto permite ao leitor notar a existência de um mercado interno, ainda que precário e sazonal, fora do sistema primário-exportador brasileiro, entre a localidade da romaria e outras regiões de Goiás ou mesmo de outros Estados. Também é possível ver as características dos bens comercializados: tecidos, peles, escravos, ouro e diamantes (estes dois como forma de pagamento), ferramentas em geral (incluindo provavelmente ferramentas para a produção), armas, sal, cachaça, fumo e café dentre outros produtos. Interessante notar a demanda dos índios: armas para a proteção ou guerra contra outras tribos ou contra caçadores de escravos. O conto revela ainda uma série de produtos que faziam parte da alimentação dos sertanejos de Goiás: feijão com toucinho, linguças assadas, arroz, aguardente de cana, “para cortar os efeitos desses alimentos pesados e gordurosos”, além do café mineiro.⁴⁵

3.3 Franklin Távora e a Zona da Mata Pernambucana

Franklin Távora nasceu em 1842, na cidade de Baturité, no Estado do Ceará. Foi, além de escritor, advogado e jornalista e chegou a exercer o cargo de Secretário da Província do Pará. O autor nos apresenta questões importantes na relação entre história e literatura aqui proposta. Na trilogia romanesca *O Cabeleira*, publicada originalmente em 1876, *O Matuto* e *Lourenço - Crônica Pernambucana*, ambas de 1878, buscou explicitar um “novo” gênero literário brasileiro que denominou de romance histórico ou literatura do Norte. Essa intenção é manifestada no prefácio do primeiro romance da trilogia, ao definir suas composições literárias como estudos históricos, buscando mostrar o “trabalho, o capital, a economia, a fartura, a riqueza, agentes indispensáveis da civilização e grandeza dos povos.”⁴⁶ O interessante aqui é destacar a intensão explícita do autor em construir romances históricos.

⁴² Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém: História da fundação da Romaria de muquém na província de Goiás*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 12.

⁴³ Os Coroados na verdade era a denominação utilizada para representar os índios que usavam algum tipo de coroa na cabeça. No caso de Goiás, esses índios eram denominados de Caiapós.

⁴⁴ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit. p. 60-61.

⁴⁵ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit. p. 13.

⁴⁶ Távora, Franklin. *O Matuto: crônica pernambucana*. Rio de Janeiro : Garnier, 1902 disponível em <http://www.culturatura.com.br/obras/o%20matuto.pdf>, acesso em 13 de setembro de 2018. Aqui, optou-se pela edição de 1902 pelo fato deste romance não ter tido edições posteriores. Ou seja, apesar do seu valor histórico e talvez pela detalhada descrição dos acontecimentos históricos, não teve aceitação pelo público. Távora é mais conhecido pelo romance *O Cabeleira* e, em menor escala, pelo romance *Lourenço*.

Neste artigo, vamos tratar do romance *O matuto*, que tem como contexto a *Guerra dos Mascates*. No romance, é possível encontrar fatos históricos importantes relacionados com o conflito. No texto, há uma rica descrição de nomes de personagens que efetivamente protagonizaram a guerra. Mais do que isso, o livro descreve as motivações do conflito, cujo núcleo central estava na disputa pelo poder econômico e político entre os denominados mascates, que representavam os interesses do comércio da cidade portuária, e os senhores de engenho da Zona da Mata. Entretanto, não nos interessa aqui o relato da guerra, mas algo que talvez possa parecer sutil: os detalhes do ambiente econômico que permeia a vida dos personagens, principais ou não.

Em primeiro lugar, é possível encontrar no romance uma rica descrição das profissões urbanas da época. Ao longo do texto, é descrito as seguintes: ferreiros, cantadores e repentistas, músicos em geral (atividade característica dos negros), sapateiros, alfaiates, peixeiros, ourives, taberneiro, barqueiros (denominados de barcaceiros) e caixeiros, além de juizes, policiais, fazendeiros etc. Ou seja, o texto descreve não apenas a atividade dinâmica da economia colonial, qual seja, a produção de cana e derivados, mas também as que podiam ser encontradas nas cidades litorâneas.

Em segundo lugar, e agora considerando o contexto da Zona da Mata, é possível encontrar inúmeros produtos que faziam parte não apenas das atividades de subsistência, mas também do comércio que sustentava as famílias agregadas ao grande engenho de açúcar. Em termos de produção primária, encontramos as seguintes culturas: algodão, milho e frutas em geral, com destaque para o caju, o abacaxi e a laranja, mandioca, batatas, junco e feijão. Nesta última cultura, é descrito três tipos: o mulatinho, o branco e o preto. É possível ainda encontrar referências acerca da produção de animais como porcos e galinhas, além de alimentos como toucinho, sarapatel e tapioca, produtos que ainda hoje fazem parte da cultura nordestina. Encontra-se ainda a produção de artesanato para o comércio como: cestos, gaiolas, balaios, esteiras de cangalha, além da aguardente de cana. Tais produtos são descritos como atividades complementares aos pequenos agricultores e agregados, escravos ou não, à renda, ou seja, eram comercializados por estes junto as cidades próximas da mata. Também podem ser encontradas referências à produção de facas e armas em geral.

Mas talvez o mais interessante seja a classificação dos pequenos agricultores. No romance, o termo *matuto* é utilizado para designar os produtores ou trabalhadores “periféricos”, como o sertanejo o é no caso da pecuária do interior nordestino, descrito por Alencar, ou no caso das populações do Centro-Oeste descritos por Guimarães. O grupo denominado de matutos é dividido em categorias:

Os matutos podem dividir-se em diferentes espécies, mas as mais comuns são as dos lavradores e almocreves. Os primeiros são os que dispõem de alguns meios, a saber, escravos, cavalos, terras, os quais sem darem para ter um engenho ou, ao menos, para move-lo, por se sós habilitam o que os possuem, a cultivar a cana nas terras do engenho alheio, posto que sujeito a dividir com o respectivo proprietário o açúcar apurado em cada safra. Os últimos são os que se alugam com sua pessoa e seu cavalo para a condução de cargas, por ajustado frete. Os lavradores são matutos limpos, que entram muitas vezes nos negócios íntimos do grande proprietário, merecem a estima deles, a pesam com seu conselho na decisão dos interesses comuns. Aos almocreves já não sucede o mesmo. Paga-lhes o senhor de engenho o salário, e eles retiram-se a seus casebres onde vão comer, com a mulher e com a ninhada de filhos que ordinariamente contam, o escasso pão que lhes deram o cavalo magro e o trabalho puxado e cansado.⁴⁷

⁴⁷ Távora, Franklin. *O Matuto*. Op. Cit., p. 7.

Note que, na categorização realizada pelo autor, há aqueles que possuem alguma *independência* produtiva, com a possibilidade de ascensão social, e aqueles cuja condição econômica impede tal ascensão. Sobre essa observação, merece destaque um diálogo entre a mãe de um dos personagens principais, que aspira a possibilidade de entrar no ramo da atividade dinâmica:

- *Se meu pai tivesse um engenho, a coisa havia de ser outra – dizia ele quando em quando no curso da narração.*
- *E porque não há de ter? inquiriu Marcelina. Se tu nos ajudares, no fim de alguns anos poderemos comprar uma engenhoca, ou mesmo um torcedor. Do torcedor vai á engenhoca, e da engenhoca ao engenho. Tu bens vês que todos nós trabalhamos. Onde está Francisco? Foi á vila vender abacaxis. Eu, como vês, estou fazendo minhas esteiras para ele levar a quem as encomendou aqui adiante, na encruzilhada. Só tu não trabalhas ainda. E queres um engenho! Sem trabalhares não hás de ter nem de comer nem de vestir, quanto mais engenho.*⁴⁸

No caso dos escravos, também é possível encontrar alguma categorização. Uma delas é denominada de *inquilinos da palhoça*. Este último termo é utilizado como referência a um casal de negros que cultivavam algumas atividades de subsistência.⁴⁹ Os negros também eram protagonistas do conflito. Defendiam os senhores de engenho ou eram recrutados pelos mascates em troca da alforria. Essa última prática pode ser percebida pelo diálogo entre um mascate que intentava recrutar um escravo de um senhor de engenho:

*[-] Olha cá. Se vencermos a nobreza, o governo passará a ser outra vez dos mascates, e passando a ser dos mascates o novo governo, está bem visto que todos aqueles escravos que nos tiverem ajudado a dar com o governo da nobreza em terra, terão em recompensa a sua liberdade. - E se, em lugar de darem a eles a liberdade, os mascates ficarem com os negros na escravidão, não virá tudo a dar no mesmo? - Mas se eu te afianço que tu pelo menos ganharás a tua alforria, que mais garantia queres do que minha palavra? Não duvides da promessa. Ajuda-nos a dar um ensino de mestre a esses senhores soberbões, e eu te asseguro que não te hás de arrepender. Pois sim, seu Pedro. Eu, como confio na sua palavra, estarei pronto, quando chegar o momento, a molhar as armas. Mas, olhe: todo o meu serviço não passará disso, porque eu não quero historias comigo.*⁵⁰

Távora buscou criar um romance histórico tendo como um dos objetivos descrever os conflitos em torno da Guerra dos Mascates. Entretanto e conforme destacado anteriormente, descreveu com detalhes valiosos o cotidiano da sociedade presente na Zona da Mata pernambucana, em uma região onde o urbano e o rural se misturam. Ou seja, a história que importa no romance não aquela que é explícita, mas a oculta ou aparentemente secundária no texto da obra.

⁴⁸ Távora, Franklin. *O Matuto*. Op. Cit., p. 15. O leitor pode notar alguns erros de português nesta citação, que não decorrem apenas das normas gramaticais da época. Távora é conhecido por muitos críticos como um autor descuidado com o estilo gramatical.

⁴⁹ Távora, Franklin. *O Matuto*. Op. Cit., p. 18, no caso dos inquilinos da palhoça.

⁵⁰ Távora, Franklin. *O Matuto*. Op. Cit., p. 10.

Considerações Finais

Conforme explicitado na introdução, esta pesquisa apresenta algumas limitações que podem ser consideradas não como omissões, mas como desafios para estudos posteriores na área de História Econômica.

Inicialmente, deve-se destacar que não foi objetivo do artigo apresentar um texto de crítica literária. Por uma questão de espaço, mas não apenas, muitos aspectos literários ou filológicos foram negligenciados. Todos os autores citados no artigo foram e ainda são objeto de estudo por parte de críticos literários e historiadores. Ou seja, não foi objetivo aqui apresentar um estudo detalhado acerca das principais características dos escritores, obras ou escolas literárias. As características destacadas foram escolhidas na medida necessária para a relação proposta pela pesquisa.

Em relação à escolha das obras, não se prestou a devida atenção nas edições. Muitas citações apresentam erros de acentuação, pontuação etc.; entretanto, tais omissões não comprometem a análise. Todos os textos literários aqui apresentados são de domínio público e o leitor poderá encontrar neles, a partir de programa de buscas eletrônicas, as informações ou citações aqui colocadas. Lembramos que este é um texto preliminar. Tais problemas deverão ser sanados em uma versão definitiva. Não se trata apenas de uma questão de estilo literário, mas de um cuidado necessário quando se entra no campo da crítica literária ou da filologia.

Outro ponto a ser tratado diz respeito ao tempo do autor e o tempo da narrativa. A maioria dos textos literários possuem esses dois tempos. Por exemplo, a história de *O Matuto* ocorre no século XVIII, mais precisamente no ano de 1711, que referencia o conflito histórico descrito. Esse ponto é pouco estudado na literatura e merece ser considerado. A concepção implícita no conceito de memória, utilizada por vários historiadores e críticos literários, talvez dê algumas pistas sobre o aparente problema.

Mas talvez a grande limitação foi a ausência de um diálogo com a historiografia. Por exemplo, na análise da obra de Alencar, há referências à escravidão no *hinterland* nordestino. É possível encontrar, entre os historiadores contemporâneos, controvérsias em relação à existência ou não de escravos na pecuária da região, considerada como atividade periférica ou complementar à cultura da cana-de-açúcar. Outro exemplo diz respeito a dinâmica econômica que sucedeu o declínio da mineração no estado de Minas Gerais; e neste ponto temos mais controvérsias. Muitos autores corroboram com o contexto da decadência produtiva com o fim do ciclo da mineração, mas isso está longe de ser consenso. A comparação é fundamental em um estudo que relaciona a literatura e história. Existem, na Teoria Literária, vários pontos que devem ser considerados em estudos literários comparativos. Mais uma vez, por questão de espaço e objetivos, essa comparação não foi aqui realizada.

A parte teórica, necessária neste estudo, representa apenas uma das inúmeras possibilidades. O nosso objetivo foi encontrar referências que permitam estabelecer uma relação entre literatura e história ou ficção e realidade. Tais relações são encontradas tanto no âmbito da História, quanto da Teoria Literária ou mesmo da Filosofia. Para exemplificar este ponto, podemos citar a obra *O Caso de Wagner*, de Friedrich Nietzsche ou *As Indagações sobre Piero*, de Carlo Ginzburg. No caso desses dois autores, a relação proposta é ainda mais ampla: arte e realidade ou condição humana. Nas breves considerações metodológicas, optou-se pelo campo da Teoria Literária, mas essa opção pode ser revista em estudos posteriores.

Por fim, deve-se destacar o período em que os autores viveram: o século XIX. Poder-se-ia pensar, e isso está longe de ser um equívoco, que a relação entre literatura e história econômica pode ser explorada em qualquer período. Mas talvez não faça sentido,

por exemplo, analisar autores do século XX, que carregam muita historiografia em suas obras; e aqui podemos citar autores como Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, dentre outros. Porém, quanto mais se avança no tempo, maior é a facilidade de se encontrar dados ou documentos históricos. Por outro lado, em séculos anteriores, a literatura genuinamente brasileira ainda dava os seus primeiros passos e não refletia, pelo menos de forma explícita, a ideia de uma nação independente. Conforme destacado neste artigo, o século XIX colocava-se para o Brasil e outros países latino-americanos como um período de desafios.

Bibliografia

Alencar, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1955.

Alencar, José de. *O nosso cancionero: cartas ao Sr. Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.

Borges, Jorge Luis. *Prólogos, com um prólogo de prólogos* (tradução de Josely Vianna Baptista), São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 189.

Borges, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 17, no. 1, 2011.

Bosi, Alfredo, *Entre a Literatura e a História*. São Paul: Editora 34, 2013.

Braga, Márcio Bobik. Gauchos e bárbaros: a história da formação da nacionalidade argentina a partir da leitura de Jorge Luis Borges. *Anuário de Literatura*, volume 16, no. 2, 2011.

Braga, Márcio Bobik e Pires, Julio Manuel. Economia e Sociedade no Sertão Nordestino em O Sertanejo, de José de Alencar. *Revista Territórios e Fronteiras*, volume 10, número 01, 2017.

Candido, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*, volume 2, 3ª. Edição, São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1969.

Cândido, Antônio et.al *A personagem de Ficção*, 13ª. Edição (reimpressão), São Paulo: Editora Perspectiva Ltda., 2017.

Gremaud, Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: pensamento econômico e economia Brasileira no segundo reinado e na primeira República*. Tese de Doutorado apresentado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em 1997.

Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém: História da fundação da Romaria de muquém na província de Goiás*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Rio de Janeiro: ABC Editora, 2002.

Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Associação Acervos Literários, Biblioteca Virtual, organização, apresentação e notas de Leopoldo Comitti, apoio CNPq, 2005 (disponível em <<http://docs11.minhateca.com.br/804407160,BR,0,0,O-%C3%8Dndio-Afonso---Bernardo-Guimar%C3%A3es.pdf>> (acesso em 01 de janeiro de 2018).

Lobato, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Editora Globo, 2ª. Edição, 2009.

Magalhães, Basílio de. *Bernardo Guimarães (Esboço Biográfico e Crítico)*. Rio de Janeiro: Tipographia do Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1926

Martins, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina/São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Londrina/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Pesavento, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha nova história. In da Costa, Cléria Botelho e Machado, Maria Clara Tomaz (organizadores). *História & Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

Piglia, Ricardo. *O laboratório do escritor* (tradução de Josey Vianna Baptista). São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1994.

Pinto, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

Ramos, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19* (tradução Rômulo Monte Alto), Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanistas, 2008.

Rodrigues, Antônio Edmilson M. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

Schwarz Roberto. *Duas Meninas*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Távora, Franklin. *O Matuto: crônica pernambucana*. Rio de Janeiro : Garnier, 1902 disponível em <http://www.culturatura.com.br/obras/o%20matuto.pdf>, acesso em 16 de setembro de 2018.

Verissimo, Erico. *Breve História da Literatura Brasileira* (tradução de Maria da Glória Bordini). São Paulo: Editora Globo, 3ª. Edição, 1995.

Epígrafes

Machado de Assis, Joaquim Maria. *História de Quinze Dias*, 1876, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000184.pdf>, acesso em 16 de setembro de 2018.

Nietzsche, Friedrich. *Escritos sobre História*. São Paulo: Editora Folha de S. Paulo, 2015.